

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

**COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE
ECONOMIA, FINANÇAS E PLANO**

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE A
PROPOSTA DE DECRETO
LEGISLATIVO REGIONAL Nº 13/93 -
ESTATUTO DAS VIAS DE
COMUNICAÇÃO TERRESTRE NA
RAA**

(Ponta Delgada, 18 de Janeiro de 1994)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano, reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada, nos dias 11,12,13,14,17 e 18 de Janeiro de 1994, para apreciação e emissão de parecer sobre a proposta de Decreto Legislativo Regional nº 13/93 - Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na RAA.

Sobre a presente proposta a Comissão recebeu os pareceres das seguintes entidades (em anexo) :

Câmara Municipal da Horta
Câmara Municipal das Lages das Flores
Câmara Municipal do Nordeste
Câmara Municipal de Vila do Porto
Câmara Municipal da Ribeira Grande
Câmara Municipal de Vila Franca do Campo
Câmara Municipal de Ponta Delgada
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

CAPITULO II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente proposta de Decreto Legislativo Regional, enquadra-se juridicamente na competência legislativa prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e na alínea c) do nº 1 do artigo 32º do Estatuto Político - Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

CAPITULO III

APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE

A presente proposta surge na sequência do aumento quantitativo e qualitativo da rede viária regional verificada ao longo dos anos, tornando



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

necessária e urgente uma revisão do seu suporte jurídico, actualmente disperso em vários diplomas com a agravante da sua desactualização.

Visa-se agora uma classificação da rede viária regional e, simultaneamente, introduzirem-se novos preceitos que tenham por finalidade a sinalização, protecção e demarcação das vias obstando a uma sinistralidade não desejada, e ainda a repartição de competências na sua gestão.

A Comissão sugere que, sempre que se verifiquem transferências de competências para os municípios quanto á gestão de vias de comunicação terrestres, se proceda á realização de contratos programa com vista á adequação dos meios necessários á eventual execução de obras.

A presente proposta foi aprovada por unanimidade.

CAPITULO IV

APRECIAÇÃO NA ESPECIALIDADE

Na sua apreciação na especialidade os elementos da Comissão propuseram a introdução das seguintes alterações:

Artigo 3º

A comissão propõe a substituição da palavra "acordo" por "contrato programa", no número 2.

Artigo 48º

A Comissão entendeu aditar um número 6 com a seguinte redacção:

6- A proibição estabelecida na alínea m) não impede que, nos caminhos municipais de 2a e nos caminhos florestais, possam assentar-se alfaias ou outros equipamentos agrícolas, desde que não se restrinja a livre circulação do trânsito, se trate de zona com visibilidade e a operação de assentamento não se prolongue por período superior a 48 horas consecutivas, e desde que não exista possibilidade de utilização do próprio prédio.

Artigo 53º



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

A Comissão deliberou reformular o conteúdo do número 4 propondo a seguinte redacção:

4- Se o responsável não pagar voluntariamente as quantias em dívida, nos prazos para o efeito estabelecidos, proceder-se-á à cobrança coerciva.

Artigo 67º

A Comissão entendeu alterar a redacção das alíneas h) e i) propondo:

h) Estabelecimento de salas de ordenha, silos ou armazenagem de qualquer tipo de silagem a menos de 100 e 50 metros da plataforma da via, respectivamente, junto de povoados ou fora deles.

i) Estabelecimento de pocilgas e estábulos a menos de 200 metros do limite da plataforma da via.

A Comissão entendeu, também, alterar a redacção do nº 2 propondo:

2- O Regime das servidões definidas para as vias rápidas poderão, quando existam razões que o justifiquem e mediante decisão da entidade competente, ser igualmente aplicáveis à vias circulares aos maiores centros urbanos.

Artigo 62º

A Comissão entendeu propor a redução das distâncias referidas na alínea d) no nº 1, respectivamente para 50, 25 e 10 metros, mantendo-se a restante redacção.

Artigo 67º

A Comissão entendeu propor a redução da distância referida na alínea d) do nº 1 para 25 metros, mantendo-se a restante redacção.

Artigo 71º

A Comissão entendeu dar nova redacção ao número 5 propondo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

5- A escritura pública a que se refere o número anterior pode ser celebrada perante notário privativo da entidade competente em relação á via ou por recurso ao notário público.

Artigo 81º

A Comissão entendeu dar nova redacção à alínea a) do número 1, propondo:

a) A prática ou exercício, na zona da via, de quaisquer actos-ou actividades proibidos no presente diploma, sem a autorização ou licenciamento legalmente exigidos ou em desacordo com os termos destes;

A proposta com as respectivas alterações foi aprovada por unanimidade com excepção da alínea d) do numero 1 do artigo 62º que foi aprovada por maioria.

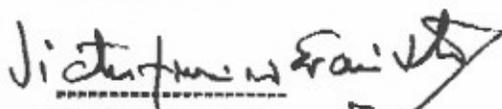
O presente relatório e parecer foi aprovado por unanimidade.

Ponta Delgada, 18 de Setembro de 1993

O Relator

Rui Luis

O Presidente



Victor Evaristo

S. R.



CÂMARA MUNICIPAL DA HORTA

Apartado 48 • 9901 Horta Codex • Telef. 221 31/2 • Telex 82 536 CHORTA P • Fax 23 990

CONTRIBUINTE N.º 680 009 566

Exmo. Senhor
Chefe de Gabinete de Sua Excelência
o Senhor Presidente da Assembleia
Legislativa Regional dos Açores

9900 HORTA

*Em via para fotocópias
ao Senhor de Com. de Ec. Fin.
& Planos.
27/10/93
M.J.*

Sua referência Sua comunicação de Nossa referência DATA,
Pº 102 93-10-11 Pº 128-127/01 5141 21. OUT. 1993
nº 4276

ASSUNTO: PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL - ESTATUTO DAS
VIAS DE COMUNICAÇÃO TERRESTRE NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES - ENVIO DE PARECERES

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe e respondendo
ao solicitado no Vosso ofício supra datado, em anexo remeto a V. Ex^ª
fotocópia do parecer aprovado por esta Câmara.

Com os melhores cumprimentos.

Pede-se o favor de na resposta indicar as referências deste ofício

| | |
|---------------------------------|-------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL | |
| AÇORES | |
| ARQUIVO | |
| Entrada | 2374 Proc. Nº 102 |
| Data | 93/10/22 |

O VEREADOR EM EXERCÍCIO
DA PRESIDÊNCIA

Rui de Jesus Goulart

Rui de Jesus Goulart

CR/AM





REGIAO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Câmara Municipal da Horta

2/11/61

PARECER SOBRE O ESTATUTO DAS VIAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO TERRESTRE NA REGIAO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Embora numa primeira leitura do Diploma mencionado em epígrafe não se nos suscitem questões pertinentes, até porque o referido Estatuto, de uma forma geral, mantém o estipulado no Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais (Lei nº 2110, de 19 de Agosto de 1961), o mesmo já não podemos afirmar quando nos debruçamos com maior profundidade na análise do articulado em questão.

Vejamos: Existem três redes viárias, a regional, a municipal e a florestal; no âmbito da rede regional, encontram-se as vias rápidas, as estradas regionais de 1ª e as estradas regionais de 2ª e em relação à rede municipal, temos as estradas municipais, os caminhos municipais de 1ª e os de 2ª.

A competência da rede regional e florestal é do Governo Regional sendo apenas atribuição das autarquias as redes municipais.

Só que, ao analisarmos os conceitos definidos no Diploma deparamo-nos com uma classificação perfeitamente discricionária, sobretudo relativamente às estradas regionais e às estradas municipais. Começemos pelas definições: Entende-se por estrada regional de 1ª aquela que liga as zonas mais importantes da Ilha, que estabelecem a comunicação entre os centros principais e destes com os portos, aeroportos, etc ... (art. 8º/1).



Câmara Municipal da Horta

Handwritten signature

Por seu turno, entende-se por estrada municipal aquela que revista interesse geral para um município, que liga a sede do município às povoações e freguesias e liga estas entre si ou às vias da rede regional (art. 13º/1).

Ora, a futura classificação poderá ser aleatória devido à similitude de conceitos embora descritos por formas aparentemente bem distintas.

Mas acresce que o Diploma em causa admite como possível, nuns casos, e determina, noutros, excepções. São elas as previstas no art. 10º (excusado é atribuir-lhe o nº 1 já que não existe mais nenhum número) e no art. 11º. Assim, todos os troços regionais dentro das povoações sede de município (caso da Cidade da Horta) poderão ficar sob jurisdição do município. E tal possibilidade nem mesmo passa por um acordo entre o Governo e as autarquias, é determinada por resolução do Governo Regional. Quanto às estradas regionais dentro de outras povoações deixam de se considerar estradas regionais e ficam incluídas na rede municipal " (art. 11º/1).

Apraz perguntar, numa ilha como o Faial, o que subsistirá, a nível de redes viárias, no foro da competência do Governo Regional?

Com este Diploma existe a possibilidade de amanhã a quase totalidade das estradas e caminhos (excepuando a rede florestal) ficar na área de jurisdição da Câmara Municipal, com todas as consequências inerentes, porquanto se considerarão estradas pertencentes à rede municipal.

E as autarquias não dispõem de contra partidas financeiras para fazer face ao aumento de tais encargos.

S.



R.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Câmara Municipal da Horta

Handwritten signature

Haveria pois que encontrar soluções que obstem a este resultado, seja alterando a Lei, seja estipulando de forma efectiva trânsferências financeiras a atribuir às autarquias locais, como única forma de fazer face a atribuições mais vastas.



CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

TELEF. (092) 52650 - TELEX 82709 CMLFLO P - 9960 LAJES DAS FLORES

Contribuinte N.º 680 021 566

Exm.º Senhor
Presidente da Assembleia
Legislativa Regional dos Açores
9000 HORTA

*At.º Pres. da C.M.
Ee. Fin. + Plan.º
93/11/08*

Sua referência

MF

Sua comunicação de

Nossa referência

N.º 685 P.º 15.02

DATA, Lajes das Flores

93/11/03

ASSUNTO:

"Proposta de Decreto Legislativo Regional -
- Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre
na R.A.A."

Depois de ter lido atentamente a proposta de Decreto Legislativo Regional - Estatuto das Vias de comunicação terrestre na R.A.A., nada tenho a acrescentar embora veja que o município terá mais encargos. Espero que as compensações a dar pelo Governo, não venham de alguma forma penalizar ainda mais os municípios.

Com os melhores cumprimentos

O Vereador em Regime de Permanência

José Maria de Freitas Silva

José Maria de Freitas Silva

| |
|--|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL |
| AÇORES |
| ARQUIVO |
| Entrada <u>2474</u> Proc. N.º <u>902</u> |
| Data <u>93/11/08</u> |



CÂMARA MUNICIPAL DE NORDESTE

PRAÇA DA REPÚBLICA - 9630 NORDESTE
CONTRIBUINTE N.º 680 009 051

Exmo. Senhor

Chefe de Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa Regional

9900 HORTA

*Ar. t. Prach. d.
Com. E. F. M. M. M.
5/2/11/02
M. J.*

Sua referência
4272

Sua comunicação de
93-10-11

Nossa referência
2178

DATA
1993-10-26

ASSUNTO: "PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL - ESTATUTO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO TERRESTRE NA R.A.A"

Esta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária do dia 18 do corrente, apreciou a Proposta do Decreto Legislativo Regional que cria o Estatuto das Vias Públicas de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores, acompanhou o ofício em referência, tendo deliberado o seguinte:

- 1 - Dar parecer favorável ao mesmo, manifestando, no entanto, a opinião de que a assunção de competências por parte das Autarquias na área dos caminhos de penetração e das freguesias, classificados no referido documento como caminhos municipais de 2ª, deverá ser acompanhada de transferências financeiras para o efeito, considerando o mau estado em que se encontram dezenas de quilómetros desses caminhos neste Concelho;
- 2 - Dar parecer ainda de que, em complemento ao referido diploma, deverá ser publicada a lista das vias classificadas por lei em cada Concelho.

Com os melhores cumprimentos.

| |
|--|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL |
| AÇORES |
| ARQUIVO |
| Entrada <u>2430</u> Proc. N.º <u>902</u> |
| Data <u>93/10/29</u> |

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(José Carlos Barbosa Carreiro)



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Telefs. 82 213/82 329 - Fax 82 128 - 9580 Vila do Porto

CONTRIBUINTE N.º 690 018 072

À

Assembleia Legislativa Regional

9900 HORTA

Sua referência

4207

Sua comunicação de

11.10.93

Nossa referência

2828

DATA

1993-11-03

ASSUNTO: " PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL - ESTATUTO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO TERRESTRE NA R.A.A. "

Em conformidade com o ofício em referência, informa-se a V. Exã., que o mesmo foi presente a reunião da Câmara de 02.11.93, tendo a mesma deliberado aprovar na globalidade, solicitando uma vez mais, que sejam reclassificadas as vias de comunicação terrestre na Ilha de Santa Maria, tendo em conta que neste momento o município assume uma percentagem elevada de estradas nesta Ilha, situação esta que será agravada com a entrada em vigor da presente proposta do Decreto Legislativo Regional nº 13/93.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara

em exercício

José Manuel da Rosa Rodrigues

José Manuel da Rosa Rodrigues



C.B/M.L.

| | |
|---------------------------------|--------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL | |
| AÇORES | |
| ARQUIVO | |
| Entrada | 2451 Proc. N.º 302 |
| Data | 93/11/03 |

Formato A4

** TOTAL PAGE.001 **



CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE

9600 RIBEIRA GRANDE

CONTRIBUINTE N.º 512.013.241

*Emissão por fotocópia
ao Ex.º Presd. Com. Ex. Fin.
a Câmara 93/11/10*

Exm.º. Senhor
Chefe de Gabinete de Sua Excelência
O Presidente da Assembleia Legislativa
Regional
9900 HORTA

Sua referência

4271

Sua comunicação de

93/10/11

Nossa referência

4775

DATA

697

NOV 1993

ASSUNTO: PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL - ESTATUTO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO TERRESTRE NA R.A.A.

Relativamente ao assunto em epígrafe e em cumprimento de deliberação camarária de 27 do mês findo, venho comunicar a V. Ex.ª. a necessidade de, em face ao estipulado nos art.ºs. 10º, 11º e 15º., se reforçar as disponibilidades financeiras dos municípios para que possa cabalmente enfrentar estes novos desafios.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara,

[Handwritten Signature]
HERMANO D'ATHAYDE MOTTA

| |
|---------------------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL |
| AÇORES |
| ARQUIVO |
| Entrada 2480 Proc. N.º 302 |
| Data 93/11/09 |



Sin

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

9080 Vila Franca do Campo - Fax 53287

CONTRIBUINTE N.º 680008683

Exm.º Senhor
Chefe de Gabinete do Presidente da
Assembleia Legislativa Regional
9900 HORTA

*1- Envia por fotocópia
ao 1.º Presid. e Com. Ec. - fin.
e Planos.
2- Extrato fotocópia de cada
processo com
a data de 9/11/02*

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

2651

93/11/02

ASSUNTO: PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL ACTIVIDADE DO COMÉRCIO

A RETALHO/MEDIDAS CAUTELARES DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS LAGOS DE
DOMÍNIO PÚBLICO LACUSTRE DA REGIÃO/ESTATUTO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO

Para fins de conhecimento, junto envio a V.Ex.ª cópia de parte de acta da reunião desta Câmara, realizada no dia 25 de Outubro p.p., sobre o assunto em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara Municipal,

José Estevam Pacheco de Melo.

SB

Anexo: cópia de parte de acta

| | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL | |
| AÇORES | |
| ARQUIVO | |
| Entrada | <u>2478</u> Proc N.º <u>302</u> |
| Data | <u>93/11/02</u> |



CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA FRANCA DO CAMPO

CÓPIA DE PARTE DE ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 1993

--- Aos vinte cinco dias do mês de Outubro de mil novecentos e noventa e três, compareceram comigo Luísa Margarida Furtado Borges Rodrigues, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, para realizar a reunião ordinária, a Câmara, sob a presidência do Senhor José Estevam Pacheco de Melo, estando presentes os Senhores Vereadores Gil Norberto Pimentel Mendes, António Fernando Raposo Cordeiro, António Maria da Costa Sociedade e Gil de Sousa Pedro. Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.---

ORDEM DO DIA:-----

PARECERES SOBRE A PROPOSTA DOS DECRETOS LEGISLATIVOS REGIONAIS - ACTIVIDADE DO COMÉRCIO A RETALHO; MEDIDAS CAUTELARES DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS LAGOS PERTENCENTES AO DOMICÍLIO PÚBLICO LACUSTRE DA REGIÃO E ESTATUTO DAS VIAS DE

COMUNICAÇÃO TERRESTRE NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES:- Sobre o primeiro a Câmara deliberou informar o seguinte:- É de opinião que a legislação deverá ser bastante restrita de modo a desmotivar gradual e progressivamente este tipo de venda ambulante. No entanto entende que em cada Concelho deveriam haver espaços para os referidos vendedores. Segundo - A Câmara entende que a legislação deverá ser estendida a todas as Lagoas do Arquipélago. O Decreto Regional deverá ser inserido numa política global de ambiente. Ao mesmo tempo que se elabora o Decreto Legislativo Regional deverá haver um grupo de trabalho a executar as respectivas Portarias Regionais, sem as quais os efeitos que se pretendem produzir com o mesmo, não se reflectiram. Terceiro - Que todas as Estradas Regionais que atravessam os Concelhos, e que é intenção do Governo classificá-las como Municipais, deverá ser objecto de protocolo a assinar uma vez que tais vias servem o trânsito não só do Concelho, mas muito mais o da Ilha. A Câmara também entende que para os Caminhos de penetração abertos pelo extinto P.D.A. e Serviços Agrícolas, a passagem destes Caminhos para as Câmaras, deverá ser acompanhada das respectivas contrapartidas financeiras.-----

--- E por nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelos membros aqui presentes que o desejarem fazer, e por mim *Luísa Margarida Furtado Borges Rodrigues*, Chefe de Repartição, que a elaborei e vou subscrever.-----



CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA FRANCA DO CAMPO

.../...

- - - Está conforme o original. - - - - -
- - - ASS)- José Estevam Pacheco de Melo - - - - -
- - - ASS)- Gil Norberto Pimentel Mendes - - - - -
- - - ASS)- António Fernando Raposo Cordeiro - - - - -
- - - ASS)- António Maria da Costa Sociedade - - - - -
- - - ASS)- Gil de Sousa Pedro - - - - -

Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, 2 de No
vembro de 1993.

A Chefe de Repartição,

Luísa Margarida Furtado Borges Rodrigues

Luísa Margarida Furtado Borges Rodrigues.



S. R.
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

TELEX 82618 - CÓDIGO POSTAL 9500

CONTRIBUINTE N.º 512 012 814

*At. L. Paredes Com.
Ec. Fin. Plans.*

73/11/08

Sua referência

4266

Sua comunicação de

93/10/11

Nossa referência

73/6ª. Secção

DATA:

1993-10-29

13215

ASSUNTO:

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL - ESTATUTO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO TERRESTRES NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Exmo. Senhor

Tendo sido presente à reunião Camarária de 18 do corrente mês, o vosso ofício n.º.4266, sobre o assunto em epígrafe, cumpre-me enviar a V.Ex.ª. o parecer que havia sido dado à S.R.H.O.P.T.C., contendo várias considerações sobre a ante-proposta do Decreto Legislativo Regional que cria o Estatuto das Vias Públicas de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores.

Com os melhores cumprimentos.

Fernando Manuel da Fonseca

POR DELEGAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

O VEREADOR

Fernando Manuel da Fonseca

FERNANDO MANUEL DA FONSECA

MG/

| | |
|---------------------------------|--------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL | |
| AÇORES | |
| ARQUIVO | |
| Entrada | 2457 Proc. N.º 302 |
| Data | 93/10/04 |



CÂMARA MUNICIPAL
DE
PONTA DELGADA
Departamento Técnico

Transmitida a sala
hoje por FAX.
19/03/22
[Signature]

2

[Signature]

ASSUNTO: ANTE-PROPOSTA DE ESTATUTO DAS VIAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO TERRESTRE NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.

A ante-proposta acima mencionada mereceu a apreciação por parte do Departamento Técnico desta Câmara, tendo sido produzidas considerações de índole diversa, designadamente nas vertentes técnica e económica.

1. A primeira observação que a ante-proposta mereceu respeita ao facto de não vir acompanhada de uma nota justificativa.

Na verdade, nos últimos tempos tem-se vindo a fazer acompanhar os projectos e propostas de diplomas de uma extensa explicação dos objectivos que com os mesmos se pretende atingir, e indicando as soluções por que se optou, as diferenças entre estas e as da legislação vigente e ainda o alcance da inovação.

Com uma nota justificativa, muito mais fácil seria a apreciação a ser feita por esta Câmara à ante-proposta em causa. Lamenta-se, por isso, tal omissão.

2. Passando propriamente à análise da ante-proposta, numa perspectiva técnica põe-se-nos desde logo a questão de saber como articular o Decreto Legislativo Regional agora em ante-proposta com o Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais aprovado pela Lei nº 2110, de 19 de Agosto de 1961, que ainda se mantém em vigor, como lei geral da república.

Este problema é por demais importante tendo em conta que o nº 1, do artigo 13º, do Decreto-Lei nº 380/85, de 26 de Setembro, comete ao Governo da República a aprovação do diploma regulamentar da rede municipal.

Não compete, porém, à Câmara tomar partido sobre esta questão técnico-jurídica, sendo, no entanto, legítimo colocar aqui as suas dúvidas e reservas.



**CÂMARA MUNICIPAL
DE
PONTA DELGADA**

Departamento Técnico

Handwritten signature and initials.

3. Da conjugação do nº 2, do artigo 2º com os artigos 10º e 11º, resulta que, salvo se forem criadas vias alternativas, a rede de estradas regionais será interrompida dentro das povoações já que a rede actualmente existente atravessa, geralmente, o interior daquelas.

Uma tal opção, caso seja tomada pelo Governo Regional nas condições mencionadas naqueles preceitos, poderá acarretar a descontinuidade nas estradas regionais, com os problemas daí resultantes no que respeita à sua identificação e à contagem das distâncias e sua demarcação.

4. A referência ao tipo de pavimento betuminoso como critério de classificação dos caminhos florestais constante dos nºs 2 e 3 do artigo 17º, não parece muito pertinente. Na verdade, o facto de a rede florestal se situar em áreas muito húmidas e declivosas pode desaconselhar a opção por pavimentos betuminosos. Assim, a opção a indicar como critério de classificação deveria reportar-se a pavimentos genericamente mais resistentes e duráveis do que o macadame, ou avançar também com outros tipos de pavimentos de elevada duração como é o caso das de betão de cimento.
5. Não parece muito pertinente a criação de uma área de protecção com plantações de árvores ou arbustos, tal como se encontra prevista no artigo 23º para abranger todas as vias e em todas as zonas. É que uma tal medida só poderá justificar-se nos terrenos marginais situados fora dos aglomerados urbanos.

E por outro lado, mesmo nessas zonas, a indemnização prevista no nº 2 deste artigo deveria aplicar-se apenas à manutenção da faixa de protecção em terrenos de aptidão agrícola, já que nos restantes casos não há justificação para um tal pagamento.

6. O nº 4 do artigo 48º regula o procedimento a adoptar quanto a animais ou objectos deixados na via. Porém, ao contrário do que consta do actual Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais, nada se diz aqui



CÂMARA MUNICIPAL
DE
PONTA DELGADA
Departamento Técnico

Handwritten signature

quanto ao que fazer no caso de, após a remoção, aparecer o respectivo dono.

Esta questão põe-se sobretudo relativamente à recolha de cães, pelo que nos parece dever ser tratada.

7. Não se compreende a razão por que se baixou de 70 e 50 metros para 50 ou 30 a zona de servidão, respectivamente, das vias rápidas e das estradas regionais quanto à proibição de instalação de unidade de carácter industrial, prevista na alínea e) do nº1 do artigo 57º.

É que, tendo-se mantido as mesmas distâncias de 50 ou 30 metros, para as estradas ou caminhos municipais, isto significa que a zona de proibição de uma estrada regional será inferior à de uma estrada municipal e igual à de um caminho municipal, o que nos parece incompreensível.

8. Ainda no que se refere à obrigação de cedência de uma faixa de 2,5 metros confinante com a via, para estacionamento, prevista no artigo 61º e no artigo 65º, parece-nos que a mesma não se justifica nos casos da alínea e), do nº 1, do artigo 57º e na alínea b), do nº 1 do artigo 62º. É que para o licenciamento das instalações de carácter industrial e mesmo no nº 6 do artigo 50º já se impõe a existência de parques privativos, além de uma zona de espera.

9. As dimensões previstas para a zona de proibição de construção nos terrenos limítrofes das vias municipais [alínea a) do nº 1 do artigo 62] estão, desde há muito, consideradas insuficientes para as exigências urbanísticas actuais, parecendo recomendável o seu alargamento para 9 ou 6 metros do eixo da via, respectivamente para as estradas municipais ou caminhos municipais de 1ª.

De resto, esta alteração viria permitir compatibilizar esta disposição com a do artigo 65º, possibilitando a instalação das faixas de estacionamento, além de dispensar o nº 2 do mesmo artigo 62º.

10. Quanto ao previsto na alínea b) deste artigo 62º remetemos para o que ficou



**CÂMARA MUNICIPAL
DE
PONTA DELGADA**

Departamento Técnico

5

Handwritten signature

dito acima no nº 7.

11. Embora a cedência prevista nos artigos 61º e 65º, referente à situação de novas construções - à semelhança dos loteamentos - seja gratuita, e com imposição da execução de infraestruturas, esta medida, deveria ser acompanhada da desanexação da parcela para integração na via pública, à semelhança do preconizado no artº 71º, sob pena de o proprietário ficar sujeito ao pagamento de impostos, por uma área que foi incorporada no domínio público.

12. Na ante-proposta de estatuto, não se detectou a salvaguarda do preconizado no artigo 72º e no artigo 75º, do Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais.

O primeiro referente às águas pluviais oriundas das coberturas dos edifícios e o segundo referente ao rebaixamento de muros de suporte ou de vedação de propriedades particulares, parecendo-nos importante serem considerados.

13. A ante-proposta em análise acarreta grandes consequências económicas para as Câmaras. Desde logo, a solução dos artigos 10º e 11º segundo as quais as estradas regionais existentes no interior das povoações podem passar para alçada Municipal, assim, a participação do Governo na manutenção das vias existentes no interior do Município, à partida, passará a ser inferior à actual, visando-se desonerar o Governo dos encargos correspondentes. Ora, não se poderá continuar a cometer às Câmaras a responsabilidade por certas áreas de intervenção administrativa sem lhes conferir os meios necessários para esse efeito.

14. O nº 1 do artigo 15º, refere que os caminhos municipais de 2º, são as vias destinadas a estabelecer o acesso a explorações agrícolas e pecuárias. Através desta medida, o Governo, relativamente a uma infraestrutura que nos seus orçamentos tem vindo a merecer dotações relevantes, de centenas de milhares de contos só na Ilha de São Miguel, e com os resultados que se



**CÂMARA MUNICIPAL
DE
PONTA DELGADA**

Departamento Técnico

6

conhecem, pretende agora transferir para as Câmaras essa infraestrutura, que só no nosso Concelho poderá atingir os 200 Km ou mais. Face aos cerca de 320 Km de rede viária que a Câmara já mantém, o aumento de extensão significará um acréscimo superior a 60%.

É sabido que a Câmara não tem meios financeiros para assegurar a conservação dessa rede viária, e o Governo Regional não prevê qualquer solução de transferência simultânea para as Câmaras de qualquer dotação financeira para esse efeito.

Uma tal opção não pode, certamente, ser aceite pelas Autarquias.

Assim, apenas três soluções se mostram correctas para resolver esta questão:

- I - Continuar a ser o Governo Regional através dos Serviços de Agricultura a manter os Caminhos de características, Silvo-Agropecuárias.
- II - O Governo Regional aumentar, proporcionalmente, a rede regional e florestal, na área do concelho.
- III - O Governo Regional assegurar um mecanismo irrevogável, de forma a transferir anualmente, para a Câmara, o montante correspondente à rede viária acrescida que lhe comete.

15. Há, finalmente, alguns lapsos em remissões feitas na ante-proposta que carecem de rectificação.

É o caso da alínea c), do nº 3, do artigo 60º, onde a remissão deve ser feita para o artigo 58º e não para o 54º.

E ainda o caso do nº 2, do artigo 64º, em que a remissão não deve ser para o artigo seguinte mas para o 66º.

Além disso, o nº 2, do artigo 78º é inútil pois o artigo 74º já prevê a aplicação do artigo 71º às vias da rede florestal.



**CÂMARA MUNICIPAL
DE
PONTA DELGADA**

Departamento Técnico

Talvez se queira aqui fazer remissão para o artigo 76º, pelo que deverá ser corrigido em conformidade.

Estes são os comentários que nos ocorrem formular em face da ante-proposta do Estatuto das Vias Públicas de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores, que se submetem à consideração superior.

M. J. P.
[Signature]
[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

Praca Velha - 9700 Angra do Heroísmo - Tels.: 22131/2/3 - Telex 82317 CMAH-P - Fax (095) 22107

CONTRIBUINTE N.º 680 018 980

Exm.º. Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Presidente da Assembleia Legislativa
Regional dos Açores
9900 HORTA

*Comunicação por fotocópia
ao Sr. Presidente da Câmara.
Es. Fim - P. Lamas
23/12/22*

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

N.º. **10478**
P.º. 03.10.01

DATA

1993-12-13

ASSUNTO: PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL
ESTATUTO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO TERRESTRE NA R.A.A.

Relativamente ao ofício de V. Ex.ª. n.º. 4275, de 93-10-11, referente ao assunto mencionado em epígrafe a seguir se transcreve o teor da deliberação desta Câmara de 93-12-09:

"A Câmara deliberou, por unanimidade, informar que discorda do conteúdo dos artigos 10.º., 11.º. e 15.º., na medida em que suscitam dúvidas sobre a relação a estabelecer entre o Governo Regional e a Câmara previamente à transferência dos respectivos troços para a responsabilidade do Município.

O carácter genérico de tais artigos poderá criar áreas de conflito entre o Governo e os Municípios, pelo que a respectiva redacção deverá pormenorizar e clarificar a situação. A título de exemplo, o artigo 10.º. deverá, no entender da Câmara, ser alterado nos seguintes termos, "...por resolução do Governo Regional, previamente acordada com o município...".

Em relação aos artigos 11.º. e 15.º., uma vez que implicam maior responsabilidade para os municípios, deverão ser previstas as necessárias compensações.

.../